



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**  
**2ª CÂMARA**

---

**RESOLUÇÃO N.º 435/99**

**SESSÃO DE: 05.07.99**

**PROCESSO DE RECURSO N.º 1/000764/94      A.I. : 1/341019/94**

**RECORRENTE: Célula de Julgamento de 1ª Instância**

**RECORRIDO : KSR Comércio e Indústria de Papel S/A.**

**RELATOR: Alberto Cardoso Moreno Maia**

**EMENTA:** ICMS – Omissão de Vendas. Auto de infração NULO por impedimento da autoridade autuante. Desatendida expressa disposição legal no Termo de Início de Fiscalização ao ali se conceder ao contribuinte prazo inferior a 5 (cinco) dias para apresentação de livros e documentos (art. 726, VI, Dec. 21.219/91). Cerceamento do seu direito à espontaneidade. Desnecessário exame de mérito. Recurso voluntário provido e, por unanimidade, reformada a decisão recorrida.

**RELATÓRIO:** Auto de Infração, acusou a Autuada de, no exercício de 1992, ter vendido mercadorias sem emissão das devidas notas fiscais.

Defesa tempestiva, fls.533/535.

Julgamento de Primeira Instância decidiu pela procedência do lançamento.

Recorreu voluntariamente a condenada.

A Assessoria Tributária, contudo, considerou merecedora de reforma a decisão do julgador *in quo* e sugeriu a esta 2ª. Câmara o conhecimento do recurso no sentido de declarar a nulidade do lançamento.

A Procuradoria do Estado, por seu douto representante, adotou o parecer da Assessoria Tributária.

**É O RELATÓRIO**

**VOTO DO RELATOR:** Incorreto, inegavelmente, o termo de início da fiscalização posto que carente da concessão do prazo legal para apresentação de documentos. Na lei não existem palavras supérfluas ..., cerceado, pois, o direito do contribuinte apresentar ao A. Fiscal, em 5 dias, os livros e documentos necessários.

O Decreto 21219/91 ao regulamentar a lei, estabeleceu *modus faciendi* a ser concedido pelo agente do fisco e cumprido pelo contribuinte.  
Quando o procedimento determinado indica prazo nunca inferior a 5 dias, este é o lapso de tempo mínimo permitido.

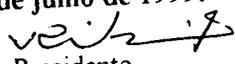
A concessão de apenas um dia a menos, no presente caso, é violação do preceito procedimental. A autoridade fiscal quando no exercício de suas funções age de forma vinculada, isto é, rigorosamente de acordo com a lei, se não o faz comete abuso, tomando seus atos nulos. Supérfluo, pois, o exame do mérito, impõe-se, pelos fatos relatados, em grau de preliminar, o julgamento da **NULIDADE** da ação fiscal.

Diante do exposto, voto para que se conheça do recurso voluntário interposto, dê-se-lhe provimento e se reforme a recorrida decisão de procedência do lançamento, com base na tese do parecer da Assessoria Tributária e do douto Procurador do Estado, declarando absolutamente nula a ação fiscal.

### É O VOTO

**DECISÃO:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos e em grau de preliminar, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para o fim de reformar a decisão de procedência exarada à 1ª Instância e em grau de preliminar julgar **ABSOLUTAMENTE NULA** a ação fiscal, na forma do voto do conselheiro relator e em consonância com o parecer da Doutra Procuradoria Geral do Estado.

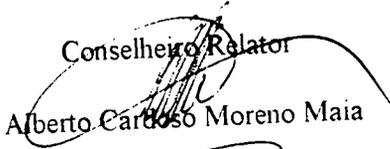
**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS** em Fortaleza, 7 de julho de 1999.

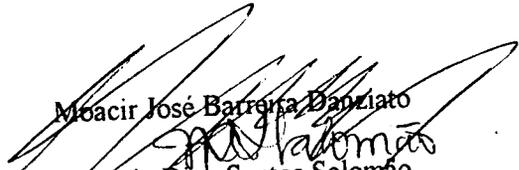
  
Presidente

José Ribeiro Neto

Conselheiros:

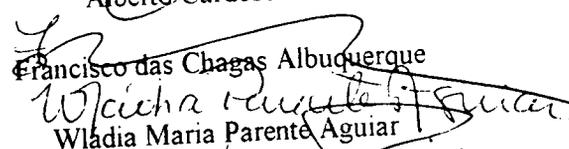
Conselheiro Relator

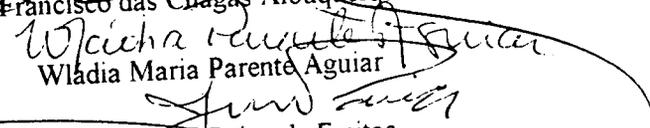
  
Alberto Cardoso Moreno Maia

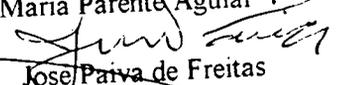
  
Moacir José Barreira Danziato

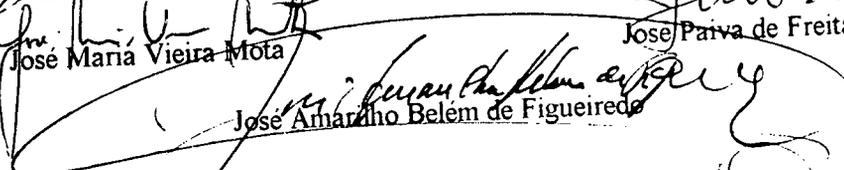
  
Maria Diva Santos Salomão

  
José Maria Vieira Mota

  
Francisco das Chagas Albuquerque

  
Wlândia Maria Parente Aguiar

  
José Paiva de Freitas

  
José Amário Belém de Figueiredo

Fomos Presentes:

  
Procurador do Estado

Ubiratan Ferreira de Andrade

A Tributário